

V.I. - AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA

RELATORIO DE GESTÃO

2016



1 - Introdução

A V I AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA, com sede social em PRAÇA MIGUEL BOMBARDA, Nº 17, com um capital social de 150.000,00 €, tem como atividade principal: Operações de Compra e Venda de Notas e Moedas Estrangeiras e Cheques de Viagem.

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2016.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da V.I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

De acordo com a generalidade dos analistas, em 2016 registou-se um crescimento económico moderado, ligeiramente abaixo das projeções previamente efetuadas e do crescimento registado no período homólogo. Um dos principais motivos prende-se com o facto das políticas adotadas pelas maiores economias não terem ainda reestabelecido a confiança dos mercados, especialmente na Zona Euro. O clima de incerteza, marcado pela recente eleição da Administração Trump e pela agressiva política externa da Federação Russa, é reforçado pela falta de aprofundamento de compromissos político-económicos entre os países da União Europeia (UE), pela tibieza no regresso aos mercados dos países intervencionados, e pela desaceleração das economias emergentes. O continente europeu é particularmente marcado pelo pós-crise das dívidas soberanas, pelo impacto social, político e económico decorrente da crise dos refugiados do médio oriente e principalmente pela agitação da ordem política regional e internacional, da qual o Brexit é o principal acontecimento, e pela crise de diversas instituições financeiras europeias, com o consequente estrangulamento dos mercados nacionais.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

De acordo com o mais recente World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI), a atividade económica a nível mundial terá registado em 2016 um crescimento positivo de aproximadamente 3% (3,1%) – ligeiramente abaixo dos valores de 2015 (3,2%) –, sendo que o Produto Interno Bruto (PIB) das designadas economias desenvolvidas apresenta, ao contrário de anos anteriores, uma tendência similar à das economias em desenvolvimento, em que se verificou um abrandamento económico na generalidade dos países. Apesar do paralelismo do ciclo económico em ambos os grupos, as economias dos países em desenvolvimento apresentam ainda volumes de crescimento bastante mais altos que as economias avançadas, decorrente do carácter mais insipiente das suas áreas produtivas. As economias avançadas apresentaram um crescimento muitíssimo ténue, na ordem dos 1,6% (face aos 2,1% do ano anterior), contra os 4,1% das economias emergentes (valor igual ao período anterior). Comparando os ritmos de crescimento dos EUA e da Zona Euro, verificamos que as previsões do ano transato estavam corretas, uma vez que os EUA tiveram um decréscimo da atividade económica na ordem de 1% (a economia americana fechou o ano de 2015 com um crescimento de 2,1%) e, na Zona Euro, este foi também um ano de desalavancagem da economia, com um crescimento económico estimado de 1,7% (0,3% abaixo do verificado no ano transato). Na globalidade, a economia europeia abrandou a retoma de crescimento económico iniciada em 2014 (na ordem dos 0,9%), que contrastava com a destruição de valor que ocorrera no ano de 2013 (na ordem dos -0,5%).

Esta retoma da economia europeia será mais modesta nos países cujas economias têm estado debaixo de elevada pressão, nomeadamente os mais pequenos e mais periféricos, muito em resultado das suas dívidas soberanas, a permanência da desconfiança dos mercados sobre o pós-crise, as dificuldades dos países e das empresas em se financiarem e da instabilidade do próprio sector financeiro (em países tão distintos como Portugal, Alemanha ou Itália). A crise política europeia marca mediaticamente a agenda quotidiana, estando, aparentemente, as ideias de unificação e convergência europeias mais dirimidas que antes. A nível interno, o Brexit acentuou este clima de desagregação potencial e de incerteza, agravado adicionalmente pelo aparecimento de forças políticas com linhas programáticas mais radicais com significativo suporte eleitoral, dispersas por países como a França, a Holanda ou a Alemanha. As tensões políticas no quadro internacional, muito marcadas pelo ressurgimento de uma política externa russa mais agressiva e pela nova administração norte-americana, poderão pôr em causa o normal ambiente das relações diplomáticas e económicas, afetando, por isso, a ordem mundial.

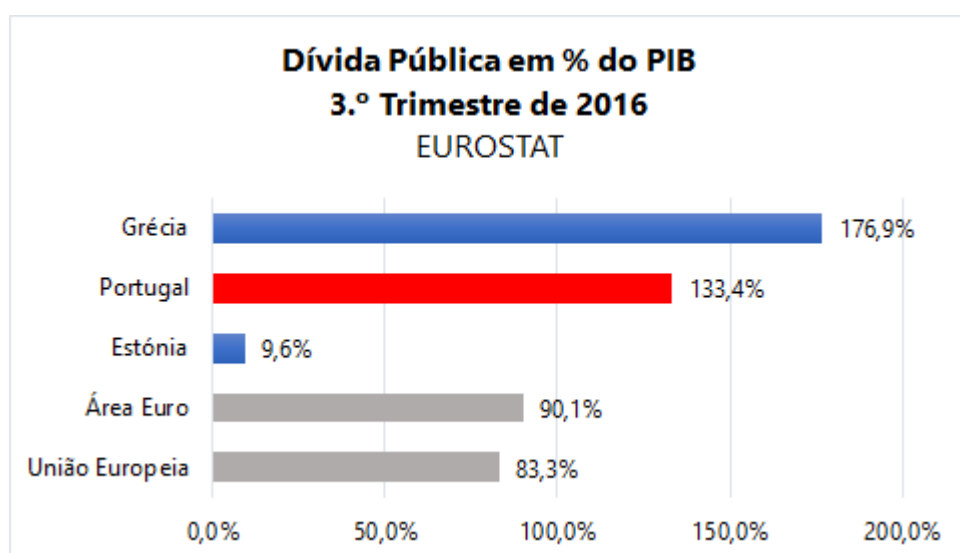
A economia chinesa tem sofrido nos últimos anos uma desaceleração constante, ainda que não muito vincada, cifrando-se o

crescimento do PIB chinês de 2016 em 6,7%, um nível de crescimento ligeiramente inferior ao de 2015. O crescimento da economia chinesa no ano anterior havia sido de 6,9%. As duas economias emergentes mais relevantes da América Latina, o Brasil e o México, apresentam divergentes estádios nas suas trajetórias de crescimento. A economia mexicana terá crescido a um ritmo inferior em 0,4 pontos percentuais ao verificado no ano de 2015 (2,6% em 2015, 2,2% em 2016). O Brasil tem mergulhado a sua economia num quadro de vincada destruição de valor, após uma primavera económica que prometia um crescimento sustentado que pudesse reformar estruturalmente o país e levar o Brasil a liderar economicamente toda a América Latina. O decréscimo do PIB rondará, segundo as estimativas, os -3,5% (-3,8% no ano de 2015), mantendo, desta forma, a destruição de valor na economia brasileira, decorrente principalmente da crise política e social em que o país mergulhou.

Ainda no que diz respeito aos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), a economia russa apresenta uma desaceleração considerável do ritmo de destruição de valor, particularmente intenso, verificado no ano transato. Enquanto que os dados de 2015 indicavam um crescimento negativo do PIB de -3,7%, em 2016 esse indicador deverá cifrar-se nos -0,6%. Segundo os mesmos apontadores do FMI, o Japão teve, em 2016, um crescimento positivo de 0,9% do PIB, valor inferior em 0,3% ao ano anterior, que se coaduna com a estagnação verificada nos anos de 2015 e 2014 e que, segundo o FMI, se acentuará no horizonte previsional 2017-2018.

No que respeita ao mercado cambial, este tem evoluído de forma algo instável, na linha do que tem sucedido nos anos imediatamente anteriores. No início de 2015 a cotação EUR/USD era de 1,0898 e no fim do ano a mesma cotação era de 1,0541. Na mesma linha, em 2016, o euro desvalorizou-se face ao iene, conforme dados do Banco Central Europeu (BCE). Por seu lado, a libra esterlina depreciou-se face ao euro (a cotação EUR/GBP era de 0,7381 no final de 2015 e 0,8562 no final de 2016), em consequência da decisão de saída do Reino Unido da União Europeia que originou nos mercados alguma apreensão relativamente ao período de transição. A eliminação do limiar mínimo na cotação EUR/CHF realizada pelo banco central suíço em janeiro de 2015, fez com que a cotação do franco suíço subisse velozmente para valores próximos da paridade com o euro ao longo de todo o ano de 2015, de forma mais assinalável, e que se mantiveram com ligeiras oscilações durante 2016, tendo a cotação EUR/CHF fechado em 1,0739.

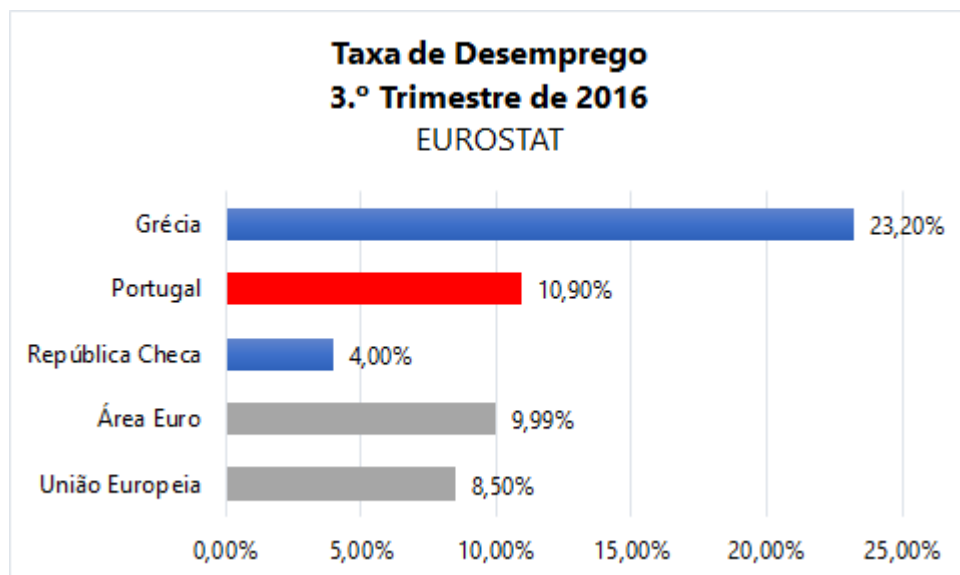
Como consequência dos excessivos défices públicos dos últimos anos, a dívida pública nas designadas economias desenvolvidas continua a atingir níveis que não eram tão elevados desde a Segunda Guerra Mundial. Os dados mais recentes apontam para rácios de dívida pública (em % do PIB), nos EUA de 104,8% (100,5% em 2015), 83,3% na UE (86,0% em 2015) e 90,1% na Zona Euro (91,6% em 2015). Portugal ultrapassou Itália e aparece no segundo lugar apenas atrás da Grécia. A Grécia mantém a liderança deste indicador com 176,9%, seguida de Portugal com 133,4% e de Itália com 132,7%. Numa análise meramente virtual ou académica, quer isto dizer que seria necessário um ano e um terço de laboração do conjunto da economia nacional, sem qualquer gasto fosse incorrido, para liquidar toda a dívida pública. Os principais deficits europeus são apresentados na figura seguinte (dados do Eurostat relativos ao 3.º trimestre de 2016):



No que concerne ao emprego, a taxa de desemprego nos EUA cifrou-se nos 4,9%, o que significa uma estabilização deste indicador face ao ano anterior (5% em 2015). Já na Zona Euro, as taxas de desemprego mantiveram-se abaixo das apresentadas no período homólogo de 2015, tendo-se fixado em 9,8% (10,5% no final do 3.º trimestre de 2015). As menores taxas de desemprego (com base nos dados do 3.º trimestre de 2016) são observadas na República Checa (3,9%) e na Alemanha (4,1%), sendo as maiores na Grécia (23,1%) e em Espanha (19,1%). Portugal apresentava a esta data uma taxa de

desemprego de 10,9%, a sexta mais elevada da UE. É importante realçar que a descida deste indicador em Portugal tem sido relativamente sustentada: a taxa de desemprego desceu de 13,3% período de 2014, para 12,2% em 2015 e 10,5% em 2016. Um dos aspetos mais preocupantes no que respeita ao mercado de trabalho é o desemprego jovem, cuja taxa de desemprego, em dezembro de 2016 estava fixada em 26,2%. A população desempregada em dezembro de 2016 foi estimada em 520.700 pessoas, uma diminuição homóloga de 19,5% (menos 103.300 pessoas do que em 2015). A população empregada, estimada em 4.601.600 pessoas, verificou um acréscimo de 2,6% face ao período homólogo de 2015 (mais 119.600 pessoas).

Apresenta-se de seguida o gráfico-resumo comparativo das taxas de desemprego, em percentagem, elaborado com base nos dados do 3.º trimestre de 2016 apresentados pelo Eurostat.



2.2. A nível Nacional

Do ponto de vista económico e social, o desempenho de Portugal revela um comportamento algo modesto, ainda assim promissor pela leitura que é possível obter dos últimos dados das instituições europeias e portuguesas.

Apesar do nível de incerteza antevisto pelas instituições internacionais aquando da chegada ao poder do governo socialista, suportado pelas forças políticas à sua esquerda (popularmente designada por “Geringonça”), o conjunto das metas orçamentais e de crescimento económico tem sido mantido, merecendo o beneplácito das instituições europeias e internacionais, sendo até visto por algumas entidades como um modelo alternativo válido para a superação da crise dos partidos social-democratas e democratas - cristãos europeus.

Apesar de muito ténues, as melhorias da condição macroeconómica portuguesa fazem sentir-se nomeadamente na redução da taxa de desemprego e no crescimento positivo do PIB. Assim, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa registou em 2016 um crescimento de 1,4% no PIB, representando um decréscimo de apenas 0,1% face a 2015, ano em que se observou um crescimento do PIB na ordem dos 1,5%. Esta evolução foi determinada pelo contributo menos positivo da procura interna comparativamente com o verificado no ano anterior, refletindo em grande medida uma desaceleração do Investimento e, em menor grau, um ligeiro abrandamento do Consumo Privado. A Procura Externa Líquida registou um contributo positivo ligeiro, ao contrário do sucedido no ano de 2015 (de -2,1% em 2015 para 0,2% em 2016) para a variação homóloga do PIB.

A inversão da contração da Procura Interna do período 2011-2013, iniciada em 2014, manteve-se em 2016, apresentando este indicador um decréscimo de 0,2%, face ao crescimento do período homólogo, cifrando-se em 1,4%, em volume. O Consumo Privado seguiu um rumo inverso, passando esta componente da Procura Interna de um aumento de 1,9% no 4.º trimestre de 2015 para um aumento de 3,1% no período homólogo de 2016, um crescimento de 1,2%. O Investimento apresentou uma depreciação de 0,9%, em termos reais, quando comparado com o ano anterior (4,6% em 2015 e 3,7% em 2016), principalmente em resultado da redução da Formação Bruta de Capital Fixo. Em 2016, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento de 4,4% em termos reais, traduzindo-se numa desaceleração comparativamente com o observado em 2015, cujo crescimento foi de 6,1%.

As Importações de Bens e Serviços desaceleraram em 2016, registando um crescimento de 4,4% em volume (8,2% em 2015), em resultado do crescimento menos intenso de ambas as componentes. Ao contrário de 2015, as importações de bens

apresentaram uma desaceleração menos pronunciada que as importações de serviços (uma redução de 3,8% e 4,4%, respetivamente).

Em Portugal, a inflação deverá ter permanecido em níveis baixos, 0,9% em 2016 (valor superior em 0,1% os valores de 2015).

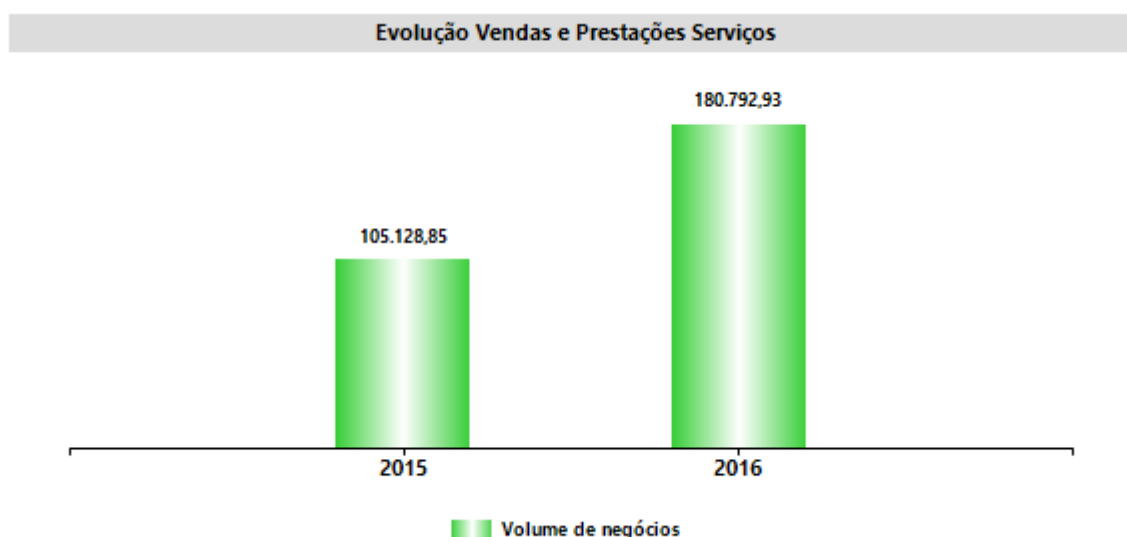
No que respeita às taxas de juro (e conseqüentemente dos níveis de risco das Obrigações do Tesouro) a que a República Portuguesa se consegue financiar externamente, estas têm-se agravado de forma sustentada, tendo aumentado durante todos os períodos mensais desde segunda metade de 2015 até ao final de 2016. A taxa de rendibilidade média das Obrigações do Tesouro a 10 anos em dezembro de 2016 foi superior em 1,25 pontos percentuais à taxa média de rendibilidade do período homólogo (2,49% em dezembro de 2015 e 3,74% em dezembro de 2016), o que representa um agravamento considerável das condições de financiamento externo do estado português. O Bid-to-Cover Ratio (rácio que compara as ações de compra recebidas com as efetivamente aceites) dos leilões de dívida pública no mercado secundário tem-se reduzido, ficando ainda assim acima dos valores que as instituições financeiras consideram como sendo leilões com sucesso (2,0).

Mesmo após a conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), em maio de 2014, o financiamento do estado português está ainda bastante alavancado nas condições especiais de crédito concedidas pelas instituições europeias. Em termos orçamentais, o défice do Estado para 2016 fixou-se, aproximadamente, nos 2,6% do PIB, de Técnica de Apoio Orçamental (UTAO), 0,2% acima do valor estimado pelo governo aquando da elaboração do Orçamento de Estado de 2017, sendo o défice mais baixo da história da democracia portuguesa.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2016 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 180.792,93 €, representando uma variação de 71,97% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

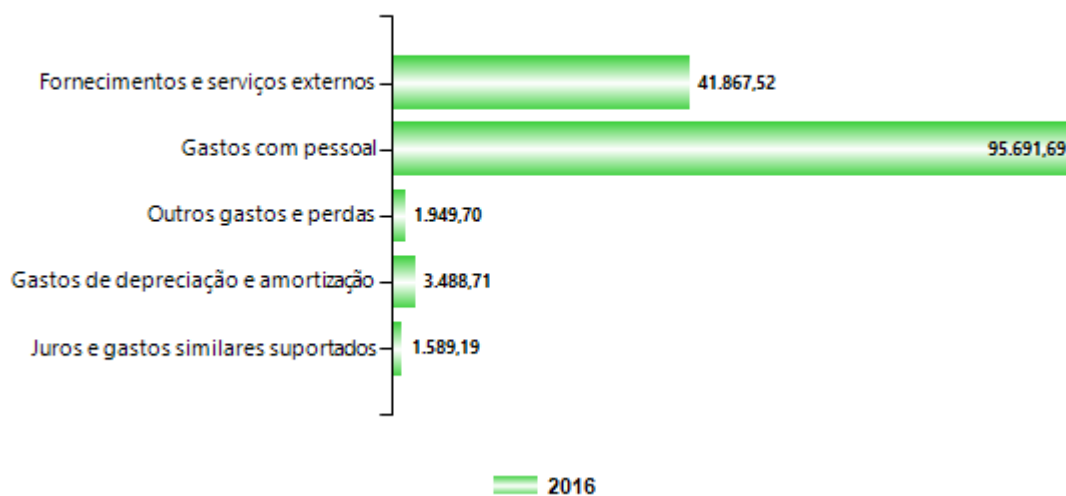


Estrutura de Rendimentos

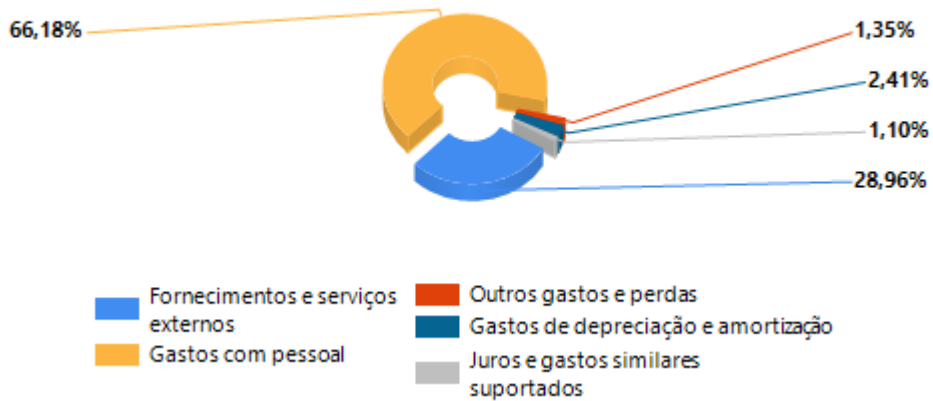


Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos



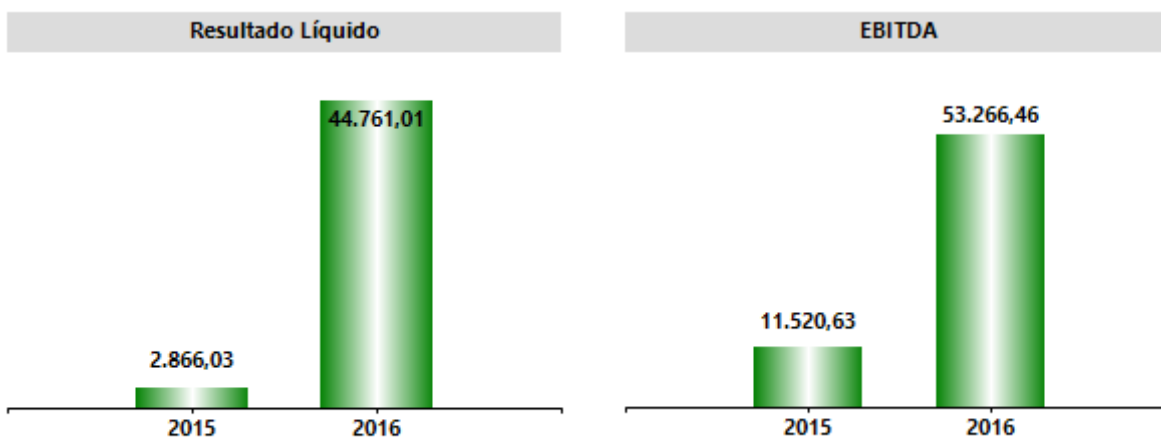
Estrutura de Gastos Percentual



No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS	
	2016	2015
Gastos com Pessoal	95.691,69	77.348,95
Nº Médio de Pessoas	7,00	6,00
Gasto Médio por Pessoa	13.670,24	12.891,49

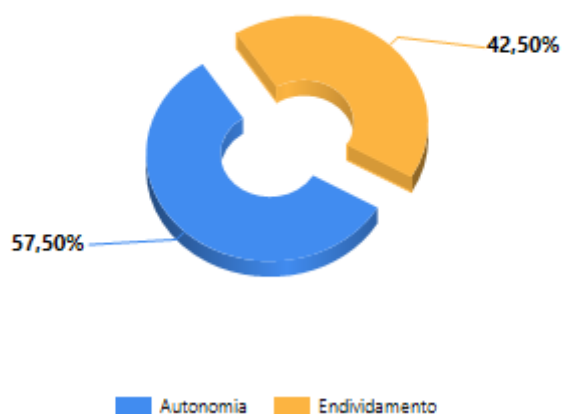
Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



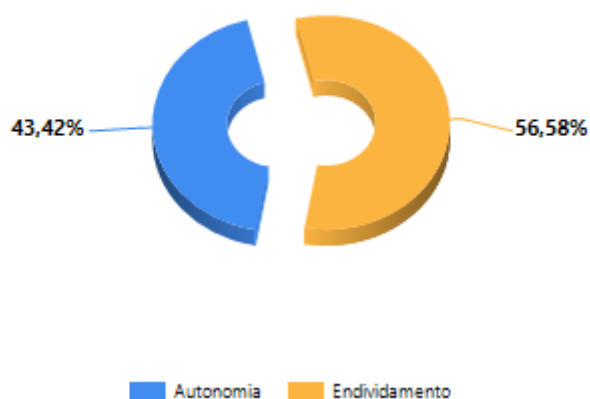
A Gerência considera que os resultados foram bastante satisfatórios e continua a apostar na sua estabilidade, quer a nível económico-financeiro, quer ao nível da quota de mercado detida.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

2016



2015



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2016		2015	
Ativo não corrente	97.497,63	37 %	100.902,34	42 %
Ativo corrente	163.821,24	63 %	142.079,96	58 %
Total ativo	261.318,87		242.982,30	

RUBRICAS	2016		2015	
Capital Próprio	150.253,86	57 %	105.492,85	43 %
Passivo não corrente	21.726,29	8 %	36.734,48	15 %
Passivo corrente	89.338,72	34 %	100.754,97	41 %
Total Capital Próprio e Passivo	261.318,87		242.982,30	

A sociedade exerce a atividade de Compra e Venda de Notas e Moedas Estrangeiras e Cheques de Viagem e opera na cidade de Albufeira, sendo o seu principal mercado de clientes oriundos do Reino Unido.

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A V.I.AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA no período económico findo em sábado, 31 de dezembro de 2016 realizou um resultado líquido de 44.761,01€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2016
Resultados Transitados	44.761,01

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

Para 2017 e 2018, as projeções do FMI apontam para uma melhoria ligeira do desempenho da economia mundial, assente na manutenção do crescimento das economias avançadas, e numa gradual retoma de crescimento das economias emergentes, especialmente dos países emergentes asiáticos (sobretudo a Índia). Esta projeção aponta, contudo, para um crescimento menos robusto face à década de 2000, refletindo políticas económicas menos expansionistas, preços de matérias-primas mais baixos (exemplo manifesto do petróleo) e, também, o agravamento de tensões geopolíticas em alguns desses países (nomeadamente a crise síria e a instabilidade do Médio Oriente decorrente sobretudo das novas ameaças do designado islão político).

Estima-se que o crescimento das áreas em desenvolvimento da Europa e Ásia Central tenha abrandado para um nível mais baixo do que previsto em 2015, à medida que a recuperação hesitante na Zona Euro e recessão na Rússia colocam desafios adicionais a esta macrorregião. O crescimento da Turquia esteve em linha com as expetativas de retraimento motivadas pela contração do sector do turismo. A recessão na Rússia sustém ainda o crescimento na Comunidade dos Estados Independentes (ex-repúblicas soviéticas), enquanto uma recuperação gradual na Zona Euro deverá estabilizar o crescimento na Europa Central e Oriental ao longo do horizonte de previsão.

As projeções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam para que, em 2017, se prolongue a linha de recuperação económica moderada, já visível em anos anteriores. As mais recentes projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade económica no horizonte de previsão 2017-2019, após uma contração acumulada de cerca de 6% no período 2011-2013, no contexto do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas, e em linha com o comportamento macroeconómico nacional, particularmente desde 2014.

O Banco de Portugal, no seu Boletim de Dezembro de 2016, projeta que, a partir do final de 2016, e ao longo do horizonte de projeção (2017-2019), a economia deverá registar taxas de variação homólogas do PIB positivas, com estabilização nos períodos de 2018 e 2019 (1,4% em 2017, 1,5% em 2018 e 2019). Esta previsão é corroborada pelo BCE.

As atuais condições restritivas de acesso ao crédito irão tendencialmente manter-se, na sequência da prossecução do processo de desalavancagem do setor bancário. A recuperação do investimento empresarial deverá beneficiar o fomento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Este indicador apresentará em 2017, 2018 e 2019 um crescimento sustentado, com

variações máximas estimadas de 0,2 pontos percentuais entre os períodos.

De acordo com a previsão do Banco de Portugal, a dinâmica da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurada pelo desempenho das exportações. Por sua vez, o consumo privado deverá registar um período de estabilização durante os períodos económicos da previsão na ordem dos 1,3%/1,4%. Também para o mesmo horizonte de projeção se prevê que a taxa de poupança mantenha a trajetória descendente observada nos dois anos anteriores.

As exportações deverão retomar um ritmo de crescimento sustentado em 2017, em linha com o período anterior a 2016 (ano em que um abrandamento foi registado), invertendo-se nos restantes períodos de análise.

Relativamente ao mercado de trabalho é prevista uma melhoria deste indicador. No Orçamento do Estado para 2017, o Governo antevê uma taxa de desemprego de 10,3%, corroborando a perspetiva de descida moderada vaticinada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Após uma relativa estabilização da inflação em 2016, projeta-se um aumento progressivo dos preços em consonância com o crescente contributo positivo da componente não energética (1,4% em 2017, 1,5% em 2018 e 2019).

No entanto, à semelhança do ocorrido em 2016, estas projeções do Banco de Portugal estão rodeadas de grande incerteza, tanto ao nível da recuperação da economia mundial, bem como da evolução futura das tensões financeiras à escala global (a mais clara entre os Estados Unidos e a China), das crises sociais e políticas europeias (aparecimento, e potencial eleição, de partidos eurocéticos com agendas mais extremadas, apenas a título de exemplo) e, em particular, da resposta institucional das instâncias europeias ao pós-crise das dívidas soberanas na área do euro.

Portugal terá de promover o desenvolvimento económico num quadro internacional ainda marcado pelo abrandamento da economia mundial em 2012 e 2013 (resultado das crises financeira e das dívidas soberanas), e que se encontra ainda em processo de demorada reversão. Este desenvolvimento terá que passar necessariamente pelo aumento da eficiência do sistema judicial e pela redefinição do papel do Estado (está ainda por realizar a famigerada reforma do Estado com as consequências sociais, económicas e políticas daí resultantes), de forma a estimular o investimento e a inovação.

As políticas de apoio à criação de emprego apenas terão sucesso se os entraves ao investimento forem retirados.

Estas condições são indispensáveis ao sucesso no período pós-processo de ajustamento económico e financeiro e à construção de um paradigma económico que promova o crescimento sustentável da economia portuguesa, mantendo um consenso institucional e coesão social satisfatórios para todos os agentes económicos.

A instabilidade dos mercados ainda se mantém, mesmo depois do fim do programa de ajuda externa, estando ainda por definir, com a clarividência necessária, quais os mecanismos europeus de ajuda ao retorno aos mercados dos países intervencionados ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira, e em que medida a União Europeia, enquanto macrorregião e união económica de estados, se reestruturará internamente e se fará impor no conturbado plano geopolítico internacional.

5.2.Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que no futuro próximo a empresa continue o seu crescimento económico.

A análise da evolução da atividade nos primeiros meses de de N+1 prespetiva com reservado otimismo, pelo menos a manutenção da situação verificada no exercício de 2016.

Considera-se que a empresa está dotada de instalações adequadas para fazer face ao desejável crescimento do volume de negócios.

Durante este exercício a entidade continuou com a parceria comercial iniciada em 2015 com a Instituição Unicâmbios - Instituição de Pagamento SA a qual contribuiu também para a dinamização do volume de negócios.

A entidade continua no desenvolvimento de uma política de redução de custos, esperando que N+1 possa ocorrer um crescimento ainda maior, quer a nível de aumento de Prestação de Serviços quer a nível de Resultado.

Contudo, a recessão contínua, logo quaisquer previsões quanto ao crescimento continuado dos negócios é difícil de precisar.

6 - Outras Informações

A V.I. -AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás, a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2016.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento da nossa atividade, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da V.I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA.

À Instituição Unicâmbio - Instituição de Pagamento SA, nossa parceira comercial, agradecemos toda a confiança que em nós continua a depositar.

As Entidades Bancárias, que assumiram connosco o risco do negócio, o nosso reconhecimento.

Apresenta - se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem a Ata de Aprovação de Resultados do Exercício, Balanço, Demonstração de Resultados, mapa de Imobilizações Corporeas e Incorporeas e Demonstração das alterações no Capital Próprio.

Albufeira, 31 de Março de 2017

A Gerência:



Ata Número Seis – Livro nº2

Aos trinta dias, do mês de Março, do ano de dois mil e dezassete, pelas 10 horas, na sua sede social sita em Praça Miguel Bombarda, número dezassete, na Freguesia e Concelho de Albufeira, reuniu a **Assembleia Geral** da sociedade por quotas, de responsabilidade limitada denominada “**V.I. – Agência de Câmbios, Lda**”, inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Albufeira, com o número único de matrícula e de identificação fiscal quinhentos e três, seiscentos e vinte e seis, duzentos e trinta e seis, e com o capital social de Cento e Cinquenta mil euros, estando presentes todos os sócios, a saber:

Carlos Augusto Cabrita dos Santos, residente na Casa das Amendoeiras, Vale da Ursa, Guia, Albufeira, contribuinte fiscal número cento e treze, oitocentos e oitenta e cinco, seiscentos e um, detentor de uma quota no valor nominal de setenta e cinco mil euros,

Nélia dos Santos Correia Cabrita dos Santos, residente na Casa das Amendoeiras, Vale da Ursa, Guia, Albufeira, contribuinte fiscal numero cento e vinte cinco, seiscentos e sessenta e seis, cento e dez, detentora de uma quota no valor nominal de setenta e cinco mil euros,

Decidiram constituir-se em Assembleia Geral, nos termos do artigo 54º do código das sociedades comerciais para deliberar sobre o seguinte assunto da ordem do dia:

Ponto único: Apreciação e deliberação sobre o Balanço, Resultados e demais contas relativas ao exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e dezassseis.

Obtido o voto favorável de todos os sócios assumiu a presidência da mesa da Assembleia Geral o sócio Carlos Augusto Cabrita dos Santos.

Pelo presidente da mesa foi referido que não havia sido expedida convocatória desta reunião, mas, face à presença de todos os sócios e à sua vontade já expressa de se constituírem em Assembleia Geral, não existia impedimento legal ao regular funcionamento da Assembleia desde que respeitada a ordem do dia já referida.

Declarou, então, aberta a sessão, dando início à apreciação do ponto único da ordem do dia:

Procederam à verificação das contas relativas ao exercício nomeadamente Balanço e Resultados, as quais apresentaram um Resultado Líquido positivo de quarenta e quatro mil setecentos e sessenta e um euros e um cêntimo.

Após análise e discussão foram as mesmas submetidas a votação, tendo sido deliberada por unanimidade a sua aprovação.

No que concerne à afetação dos resultados do exercício foi deliberado por unanimidade que os mesmos fossem transferidos para Resultados Transitados.

Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão pelas doze horas, dando por concluídos os trabalhos desta Assembleia, de que, para constar, se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, vai ser assinada por todos os presentes.

Carlos Augusto Cabrita dos Santos

Carlos Santos

Nélia dos Santos Correia Cabrita dos Santos

Nélia Santos

Registada na CRC de Albufeira sob n° 503626236				BALANÇO (ANUAL)					(em euros)
Nif 503626236				Em 31 de Dezembro de 2016					
Capital Social 150.000,00€				V.I. -AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA					
				Praça Miguel Bombarda, 17 Albufeira					

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	ANO			ANO ANTERIOR (LÍQUIDO)	CÓDIGO DAS CONTAS	PASSIVO	ANO	
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ACTIVO LÍQUIDO				ANO	ANO ANTERIOR
10+11+130	1. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	98 345,34		98 345,34	67 426,21	30+31+35 (6)	1. Débitos para com instituições de crédito	30 000,00	40 000,00
12+13-130	2. Disponibilidades à vista sobre instit. de crédito	3 820,35		3 820,35	6 676,17	30020+30120+30220+31020+31220+31320+31920	a) - À vista		
20+21+280+281+2880+2881+2890+2891-29000-29001-29010-29011-2951	3. Outros créditos sobre instit. de crédito	55 000,00		55 000,00	55 000,00	1-1a)	b) A prazo ou com pré-aviso		
16+22+23+282+283+287+2882+2883+2887+2892+2893+2897-29002-29003-29012-29013-29017-2952	4. Créditos sobre clientes					32+33+35 (6)	2. Débitos para com clientes	29 276,57	36 734,48
240+241+245+255+2480+250+251+2580+26+2840+2884+2894-290140-2920-2921-2925-2953	5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					3213+3223	a) - Depósitos de poupança		
						32-3213-3223+33+35	b) - Outros débitos	29 276,57	36 734,48
						3200+3210+3220+3230	ba) - À vista		
2400+2401+2410+2500+2501+2510+2600+2601+2610+2840+2884+2894+290140(1)-29200-29210-2925-2953	a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos					b) - ba)	bb) - A prazo	29 276,57	36 734,48
2402+2411+2412+245+255+2480+2502+2511+2512+2580+2602+2611+2612+2840+2884+2894-290140(2)-29209-29219-2925-2953	b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores					34	3. Débitos representados por títulos		
						341	a) - Obrigações em circulação		
						340+342+349	b) - Outros		
2480+2580	(Dos quais: Obrigações próprias)	()	()	()	()				
243+244+245+255+2481-24810+2490-2491+253+254+2581-25810+2841-290141-291-2923-2924-2925-2953+5624 (dev)	6. Acções e outros títulos de rendimento variável					36+39	4. Outros passivos	48 012,19	57 203,64
400-490	7. Participações					52+54+56(cre)+58(cre)+59(5)	5. Contas de regularização	7 203,80	4 162,22
401-491	8. Partes do capital em empresas coligadas					610+611+612+613	6. Provisões para riscos e encargos		
41+460+4690-481	9. Imobilizações incorpóreas	6 007,46	5 408,51	598,95	1 316,16	612	a) - Provisões para pensões e encargos similares		
42+461+462+463+468+4691-482	10. Imobilizações corpóreas	242 237,17	145 422,49	96 814,68	99 586,18	610+611+613	b) - Outras provisões		
420+4280+461-4820-48280	(Dos quais: Imóveis)	114 728,95	23 159,18	91 569,77	92 535,58	619	6A. Fundo para riscos bancários gerais		
27003	11. Capital subscrito não realizado					60	8. Passivos subordinados		
24810+25810	12. Acções próprias ou partes de capital próprias					62	9. Capital subscrito	150 000,00	150 000,00
14+15+19+27-27003-29007-2959-299+402+409-499	13. Outros activos	209,00		209,00	2 750,00	632	10. Prémios de emissão		
51+55+56(dev) (3)+58(dev)+59(4)	15. Contas de regularização	9 958,10		9 958,10	10 838,47	630+631+635+639	11. Reservas	11 118,21	11 118,21
69(dev)	16. Prejuízo do exercício					633	12. Reservas de reavaliação		
						66	13. Resultados transitados	-55 625,36	-58 491,39
						69(cred)	14. Lucro do exercício	44 761,01	2 866,03
	TOTAL DO ACTIVO	415 577,42	150 831,00	264 746,42	243 593,19		TOTAL DO PASSIVO	264 746,42	243 593,19

Contabilista Certificada:	Albufeira, 31 de Dezembro de 2016	O Gerente:
Ana de Lurdes Bárbara Santos		Carlos Augusto Cabrita dos Santos

Registada na CRC de Albufeira Sob o nº 503626236				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			(em euros)
NIF 503626236				Em 31 de Dezembro de 2016			
Capital Social 150.000,00€				V.I. - AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA			
				Praça Miguel Bombarda, 17 Albufeira			

CÓDIGO				CÓDIGO			
DAS	DÉBITO	ANO	ANO ANTERIOR	DAS	CRÉDITO	ANO	ANO ANTERIOR
CONTAS				CONTAS			
	A. CUSTOS				B. PROVEITOS		
70	1. Juros e custos equiparados	1 589,29	4 179,17	80	1. Juros e proveitos equiparados		
					Dos quais:		
71	2. Comissões	1 119,98	627,34	80240+80241+80245+80250+80251+80255+8026	de títulos de rendimento fixo	()	()
72	3. Prejuízos em operações financeiras			81	2. Rendimento de títulos		760,44
				81-81400-81401	a) - Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável		
73+74	4. Gastos gerais administrativos	137 559,21	113 395,36	81400	b) - Rendimento de participações		
73	a) - Custos com pessoal	95 691,69	77 348,95	81401	c) - Rendimento de partes de capital em empresas coligadas		
	Dos quais:						
730+731	(- salários e vencimentos)	79 066,37	62 948,66	82	3. Comissões	264,62	616,75
732+733	(- encargos sociais)	16 625,32	14 400,29				
	Dos quais:			83	4. Lucros em operações financeiras	180 792,93	105 128,85
73290+73291+73292	(- com pensões)	()	()				
				840+841+842+843+845+849	5. Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos		
74	b) - Outros gastos administrativos	41 867,52	36 046,41				
				844	6. Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas		
78	5. Amortizações do exercício	3 488,71	3 868,95				
				89	7. Outros proveitos de exploração	11 644,37	23 281,98
77	6. Outros custos de exploração	240,18	1 234,08				
790+791+792+793+795+799	7. Provisões p/ crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e p/outros riscos				8. Resultado da actividade corrente	()	()
794	8. Provisões para imobilizações financeiras						
	10. Resultado da actividade corrente	()	()	672	9. Ganhos extraordinários	73,45	
671	11. Perdas extraordinárias		1 419,55				
68	13. Impostos sobre lucros	3 427,55	610,89	69	11. Prejuízo do exercício		
76	14. Outros impostos	589,44	1 586,65				
69	15. Lucro do exercício	44 761,01	2 866,03				
	TOTAL	192 775,37	129 788,02		...	192 775,37	129 788,02
					TOTAL		

Contabilista Certificada:				Albufeira, 31 de Dezembro de 2016		O Gerente:	
Ana de Lurdes Bárbara Santos						Carlos Augusto Cabrita dos Santos	

Registada na CRC de Albufeira sob o n° 503626236			IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS					(em euros)
Nif 503626236			Em 31 de Dezembro de 2016					
Capital Social 150.000,00€			V.I. - AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA					
			Praça Miguel Bombarda, 17 Albufeira					

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transferências	Amortizações do exercício	Regularizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31.12.2012
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS									
Trespases									
Despesas de estabelecimento	1 702,46	1 702,46							
Custos plurianuais									
Despesas de investigação e desenvolvimento..									
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	4 305,00	2 988,84				717,21			598,95
Outras									
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
Imóveis de serviço próprio	107 773,72	16 166,11				808,30			90 799,31
Obras em imóveis arrendados	6 955,23	6 027,26				157,51			770,46
Outros imóveis									
Equipamento	126 187,22	119 136,62				1 805,69			5 244,91
Património artístico									
Outras imobilizações corpóreas	1 321,00	1 321,00							
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO									
Imobilizações incorpóreas									
Imóveis									
Equipamento									
Património artístico									
Outras imobilizações corpóreas									
Adiantamentos por conta de imobilizações									
TOTAIS	248 244,63	147 342,29				3 488,71			97 413,63

Contabilista Certificada:
Ana de Lurdes Bárbara Santos

O Gerente:
Carlos Augusto Cabrita dos Santos

Registada na CRC de Albufeira sob o n° 503626236		Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio								(em euros)
Nif: 503626236		Em 31 de Dezembro de 2016								
Capital Social: 150.000,00€		V.I. - AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA								
		Praça Miguel Bombarda, 17 Albufeira								
MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	TOTAL do Capital Próprio	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	150 000,00	11 118,21		-58 491,39				2 866,03	105 492,85	
Alterações do período:										
Total Alterações do período				44 761,01						
Resultado líquido do período								44 761,01	44 761,01	
Operações com detentores de CP:										
Entradas para cobertura de perdas										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	150 000,00	11 118,21		-55 625,36				44 761,01	150 253,86	
Contabilista Certificada:								O Gerente:		
Ana de Lurdes Bárbara Santos								Carlos Augusto Cabrita dos Santos		